



OPERAÇÃO GABARITO

Em 2007, o promotor desmantelou quadrilha que fraudava concursos públicos de prefeituras

RONALDO BERNARDI, BD, 06/05/2011



CONTRA O TRÁFICO

Em 2011, Rockenbach participou de ação que resultou na prisão de traficantes liderados por Paulão da Conceição de dentro da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas

Uma cultura criminosa (como na Leite CompenSado) não se combate só com repressão. Duas outras medidas devem andar no mesmo passo: uma fiscalização mais rigorosa e penas mais intimidatórias. Mas hoje o RS pensa até em terceirizar a fiscalização.

Primeiro, fraude no leite. Depois, no queijo. O Ministério Público também flagrou problemas na produção e conservação do palmito e água mineral contaminada. A cadeia alimentícia no Estado está comprometida?

Não dá para dizer que toda a cadeia alimentícia está comprometida. Podemos afirmar que existe aquela situação de oportunidade. O sujeito identifica e vai lucrar. No caso do leite, o crime está presente em todos os setores da cadeia produtiva. Desde o produtor rural até a indústria. E agora, na fase mais recente da Leite CompenSado, chegamos a um instituto (*Instituto Gaúcho do Leite, o IGL*) que foi criado a partir das nossas operações para trabalhar, fomentar a qualidade e produtividade do setor. Mas o meio criminoso se imiscuiu no instituto. Começou a entrar no tecido do Estado, tanto que identificamos o secretário do IGL fraudando leite, fraudando queijo.

Vocês pensam em atuar no setor da carne?

Sou obrigado a lembrar de um colega aqui da Promotoria Especializada Criminal, no início da década passada, que deu origem à CPI da Carne. Foi um trabalho de oito meses de investigação de abate na fronteira do Estado. Só que o abate também é uma cultura criminosa. Há uma dificuldade grande em enfrentá-lo, por duas razões: primeiro, ele é pulverizado, se dá à noite, em lugares distantes, sem sinal de telefone, internet, de nada. Segundo, o abate é usado como desculpa por muito agropecuarista para sonegar imposto. A diferença entre os animais vivos e mortos é justificada pelo abate, o que muitas vezes não ocorre.

Da onde surgem as denúncias que desencadeiam as operações?

Das mais variadas fontes. Hoje, na Leite CompenSado, nós recebemos do consumidor, das promotorias, das indústrias. E nós protegemos a identidade dos nossos informantes. As denúncias chegam por e-mail, por telefone, para as promotorias locais, pelas redes sociais.

A política também faz parte de toda essa fraude nos alimentos?

Não posso dizer que faça parte. Mas a política, em algum momento, tem interesse em alguma situação. O IGL, por exemplo, é um instituto que administra fundo com valores substanciais. Então, é claro que há interesse político numa instituição que pode reverter em votos. É uma clara fonte de captação de votos.

Após uma determinada fase da Leite CompenSado, o senhor chegou a se emocionar em uma entrevista coletiva quando ficou sabendo da prisão do superintendente do Ministério da Agricultura no Estado, Francisco Signor, em operação da Polícia Federal.

O Francisco Signor estava na superintendência do Mapa no Estado a serviço de um esquema político. Ele fazia captação de recursos, reduzia multas e criava obstáculos para as ações de fiscalização para não prejudicar as indústrias, as empresas, os grandes empresários. Ele colocou muitos entraves ao nosso trabalho. Aliado a isso, havia uma situação de corrupção em uma determinada região do Estado. Todas as combinações, ajustes, tratativas, chegavam ao conhecimento dos nossos alvos. Em geral, é um sistema de loteamento de cargos, que compromete muito o país. As pessoas são colocadas em post-chave para dar algum retorno específico.

O cidadão comum tem a impressão de que a corrupção está disseminada, enraizada. Está nos alimentos, nas obras, nos serviços.

É um fenômeno mundial, decorrência do ser humano. A corrupção, a venda de facilidades, enfim... O que se vê no Brasil e que nos espanta são essas denúncias diárias de corrupção. Só que há um outro lado: hoje nós vemos isso acontecer. A gente vê as

investigações avançando, chegando ao final, dando resultado. O MP está conseguindo responsabilizar pessoas que desviam dinheiro público.

O Brasil pode deixar de ser o país da impunidade?

Não digo que deixaremos de ser o país da impunidade, mas isso vai ficar cada vez mais difícil. O próprio Supremo (*Supremo Tribunal Federal, o STF*) já mudou de postura. Até pouco tempo atrás, o STF não condenava políticos. Hoje prende políticos, prende senadores, afasta presidentes.

Existe corrupção no Ministério Público?

Não identificamos até o momento. Há um ou outro fato investigado, isolado, mas a corrupção no MP é quase inexistente. O promotor de Justiça se forma por um ideal. É como um sacerdote. Não vem ao serviço por poder, não vem por dinheiro, vem por um ideal de trabalhar pela sociedade. Difícilmente ele vai buscar vantagem no exercício da função.

Delegados têm pressionado para eles próprios firmarem acordos de delação premiada e pedir direto mandados de prisão. O que o senhor acha disso?

São possibilidades que a polícia já perdeu anteriormente. Até 1988, antes da Constituição, o delegado tinha o poder de fazer busca e apreensão, de efetuar prisões. A polícia perdeu isso pelos abusos cometidos ao longo do tempo. Agora vejo como um retrocesso se voltar a ter essas possibilidades. O destinatário das provas é o Ministério Público, nós é que somos os titulares da ação penal. Esse critério não é do delegado de polícia. O delegado tem de identificar a situação de fato, apontar os autores, juntar as materialidades e entregar ao MP.

A propósito, como está a relação do MP gaúcho com as polícias?

É uma relação excelente. Não estamos em zona de atrito. Procuramos fazer investigações de outros crimes. Trabalhamos com policiais civis e militares na maior harmonia. Também procuramos não investigar policiais. As instituições têm suas corregedorias para isso. Quando identificamos um caso de policial suspeito, encaminhamos para as corregedorias.

E a crise financeira do Estado? O que o senhor pensa a respeito disso?

Chegamos a um ponto que era esperado. As diversas administrações só se preocuparam em gastar e não em fechar as torneiras. Não reestruturaram órgãos, não fizeram as readequações necessárias. Todos os administradores assumem prometendo milagres e, quando deparam com a realidade, não podem fazer nada, mas devem explicações ao povo.

Se o senhor pudesse mandar um recado para criminosos, qual seria?

É aquilo que venho dizendo desde o início. Aqueles que estiverem adulterando alimentos, leite, queijo, derivados, que esperem a nossa visita. Chegaremos. Criminosos, esperem a nossa visita. Já fizemos 14 operações Leite CompenSado, quatro da Queijo CompenSado, e as pessoas continuam fraudando. Que elas saibam que vamos chegar. É só uma questão de tempo.

Por que a repetição das operações?

Por que não é um crime organizado. É uma cultura criminosa. Uma cultura criminosa não se combate somente com repressão. Duas outras medidas devem andar no mesmo passo: uma fiscalização mais rigorosa (*faltam fiscais em número suficiente*) e uma legislação adequada. E nós não temos isso. Hoje o Estado pensa até em terceirizar a fiscalização, a inspeção animal, o que é um equívoco muito grande. As penas deveriam ser agravadas, deveriam ser intimidatórias. As penas teriam de ser assustadoras.